

O ESTADO ENTRE A FAMÍLIA E O TRABALHO

Nomes e instituições dos autores:

Mariana Eugenio Almeida

Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Mestre em Administração Pública pela Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho– Fundação João Pinheiro

E-mail: mariana.almeida88@gmail.com.

Frederico Poley Martins Ferreira

Centro de Estatística e Informações – Fundação João Pinheiro

Pós-doutorado em Políticas Públicas - *University of Sheffield UK*

E-mail: frederico.poley@fjp.mg.gov.br

Resumo:

No presente trabalho, tomamos como referência as críticas feministas das principais teorias sobre a emergência e o desenvolvimento dos Estados de bem-estar social, com o objetivo de compreender em que medida família, trabalho e Estado se relacionam, sob uma perspectiva de gênero. Em um contexto de transformações tanto no âmbito familiar, quanto no mundo do trabalho, verifica-se uma das grandes tensões da atualidade, que atinge predominantemente as mulheres: a conciliação entre o trabalho remunerado e as responsabilidades familiares. Assim, investigamos como determinadas características familiares e a abrangência da provisão pública de bem-estar podem estar relacionadas à participação feminina no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Gênero; Estado; Família; Trabalho; Políticas Sociais.

Área Temática: Políticas Públicas

Com licença poética

*Quando nasci um anjo esbelto,
desses que tocam trombeta, anunciou:
vai carregar bandeira.
Cargo muito pesado pra mulher,
esta espécie ainda envergonhada.
Aceito os subterfúgios que me cabem,
sem precisar mentir.
Não sou tão feia que não possa casar,
acho o Rio de Janeiro uma beleza e
ora sim, ora não, creio em parto sem dor.
Mas o que sinto escrevo. Cumpro a sina.
Inauguro linhagens, fundo reinos
– dor não é amargura.
Minha tristeza não tem pedigree,
já a minha vontade de alegria,
sua raiz vai ao meu mil avô.
Vai ser coxo na vida é maldição pra homem.
Mulher é desdobrável. Eu sou.*

Adélia Prado

O ESTADO ENTRE A FAMÍLIA E O TRABALHO

1. Introdução

O Estado, o mercado e a família representam os três pilares básicos de provisão de bem-estar. A literatura é extensa ao tentar explicar a emergência, o desenvolvimento e as variações de instituições públicas que buscam promover o bem-estar social, através da cobertura dos riscos sociais. Tais instituições, desenvolvidas principalmente no período pós-guerra, foram chamadas de Estados de bem-estar social ou *welfare States*.

As variações dos tipos de *welfare States* dependem dos arranjos estabelecidos entre o Estado, o mercado e a família, no que se refere à provisão de bem-estar. Nesse contexto, evidencia-se uma questão de gênero, que permeia as relações entre estas três instituições. Tal questão foi, em grande medida, discutida por teóricas feministas, que traçaram críticas substantivas em relação às teorias do *mainstream* sobre os Estados de bem-estar social.

No presente trabalho, tomamos como referência tais críticas, com o objetivo de compreender em que medida família, trabalho e Estado se relacionam, sob uma perspectiva de gênero. Em um contexto de transformações tanto no âmbito familiar, quanto no mundo do trabalho, observa-se uma das grandes tensões da atualidade, que atinge predominantemente as mulheres: a conciliação entre o trabalho remunerado e as responsabilidades familiares. Nesse sentido, novos desafios se impõem não apenas às novas famílias, que passaram a ter dois provedores, mas também aos sistemas de bem-estar social, cujas bases passaram a ser questionadas. Assim, neste trabalho, pretende-se investigar como determinadas características familiares e a abrangência da provisão pública de bem-estar podem estar relacionadas à participação feminina no mercado de trabalho. Em relação à provisão de políticas públicas, o trabalho foca especialmente na educação infantil.

Para atingir o objetivo proposto, o presente trabalho se divide em seis seções, além desta introdução. Na segunda seção, é feita uma revisão da literatura sobre a relação entre os Estados de bem-estar social, a família e o trabalho, destacando uma perspectiva de gênero e a crítica feminista às teorias do *mainstream*. Com base na literatura analisada, a seção três define os objetivos deste trabalho. Na seção quatro, discute-se a relação entre Estado, família e trabalho no Brasil, de modo a subsidiar a análise estatística posterior. A quinta seção apresenta a metodologia e os dados utilizados no trabalho e a seção seis discute os resultados encontrados. A partir de uma análise exploratória, apresentam-se modelos econométricos, que buscam estimar os efeitos de determinadas variáveis relacionais às estruturas familiares, bem como de uma variável de política pública, sobre a situação da mulher no mercado de trabalho. Optou-se por realizar um estudo de caso do estado de Minas Gerais, tendo em vista a grande diversidade encontrada no Brasil em termos de indicadores sociais e oferta de políticas sociais. Uma vez que o Censo Demográfico nos permite realizar uma análise regionalizada do estado, foi possível investigar as disparidades existentes entre as regiões de Minas Gerais, através da geração de evidências empíricas que possam subsidiar as políticas públicas. A última seção traça as considerações finais.

2. Como as dimensões de gênero, família e trabalho se relacionam com o Estado de Bem-Estar Social

As dimensões de gênero e família são essenciais para a construção de um Estado de bem-estar social, pois além de definirem suas estruturas, interferem em seus impactos e são, também, afetadas por tais instituições (DRAIBE, 2007). Desta forma, diversos autores têm defendido a noção de gênero enquanto um fator importante para as análises sobre as desigualdades sociais e os Estados de bem-estar social (HERNES, 1987; LEWIS, 1992; ORLOFF, 1993; PATEMAN, 1988; SAINSBURY, 1996, KORPI, 2000).

Um olhar de gênero sobre o *welfare State* significa analisar em que medida as diferentes instituições do Estado podem moldar os interesses de gênero, as atividades políticas de homens e mulheres e influenciar o caráter das políticas sociais (ORLOFF, 1996). Nesse sentido, observa-se um processo dual. Ou seja, as políticas públicas tanto podem ser influenciadas pelas relações de gênero, como podem afetar as relações de gênero.

Diversos autores procuraram introduzir a questão de gênero nos estudos sobre Estados de bem-estar social, principalmente a partir da crítica feminista sobre a tipologia de Esping-Andersen (1990)¹. Ao deixar de lado as dimensões de gênero e família, as tipologias de Estado de bem-estar social – em especial a elaborada por Esping-Andersen (1990) – teriam negligenciado fatores de grande importância para a explicação da evolução, das transformações e das variações dos *welfare States* (DRAIBE, 2007). Sainsbury (1994 *apud* FARIA, 2007: 75-76) aponta que os estudos comparativos recentes sob a ótica de gênero apresentam pelo menos cinco preocupações em comum:

(a) (...) de que tanto o trabalho remunerado quanto o doméstico, não remunerado, sejam incluídos nas análises sobre o Estado de bem-estar social; (b) o conceito de desmercantilização² de Esping-Andersen deve ser reformulado para que ele possa ser adequadamente aplicado tanto ao homens quanto às mulheres; (c) (...) ainda são pouco desenvolvidas as pesquisas comparativas sistemáticas acerca do impacto de diferentes *welfare States* sobre a condição da mulher; (d) (...) as tipologias propostas por Esping-Andersen e por outros analistas considerados do *mainstream* tanto podem se assemelhar ao ‘regimes de gênero’ quanto apresentar importantes divergências; e, por último, (e) os estudos feministas mostram que a divisão do trabalho entre os sexos e as ideologias de gênero influenciam a provisão de proteção social e que, inversamente, as políticas sociais afetam de maneira distinta as condições de vida de homens e mulheres nos diferentes tipos de Estado de bem-estar social.

A partir da crítica feminista, observam-se novas tentativas de classificações dos regimes de bem-estar social sob uma perspectiva de gênero. Dentre elas, ressaltamos o “*Welfare State Patriarcal*” de Pateman (1988), o “*Woman-Friendly Welfare State*”, de Hernes (1987), os regimes baseados no modelo do homem provedor, de Lewis (1992) e a tipologia multidimensional e institucional de Korpi (2000).

Os primeiros estudos feministas sobre os *welfare States* enfatizavam em que medida tais instituições contribuem para reforçar a “ordem patriarcal”. Nesse contexto, Pateman (1998) introduz a ideia do “*Welfare State Patriarcal*”. Para a autora, as estruturas dos Estados de bem-estar social contribuem para segregar as mulheres em posições inferiores a dos homens. Além disso, reforçam uma hierarquia baseada na norma masculina, que reproduz diferenças em termos de capacidades de homens e mulheres. Isto resulta em uma divisão entre homens e mulheres no que se refere ao tipo e à qualidade de benefícios sociais que eles têm acesso.

Ao contrário da corrente que defende a ideia do Estado patriarcal, há uma perspectiva que enfatiza, também, os efeitos positivos dos regimes de bem-estar social sobre a desigualdade de gênero. Nesse contexto, Helga Hernes (1987) desenvolve o conceito de Estados “*woman-friendly*” ou amigáveis às mulheres, analisando em que medida tais arranjos de políticas podem favorecer a igualdade entre os gêneros. Segundo Hernes (1987) os países Escandinavos podem ser descritos como estados potencialmente “*woman-friendly*”. Observam-se, nestes países, programas de licença-

¹ Em sua publicação de 1990, Esping-Andersen define três regimes distintos de *welfare State*: “Liberal”, “Conservador ou Corporativista” e “Social Democrata”. Tais modelos foram elaborados com base nos arranjos diversos entre Estado, mercado e família, no que diz respeito à provisão de bem-estar.

² O conceito de “desmercantilização” se refere ao grau de dependência dos indivíduos em relação ao mercado, no que diz respeito à provisão de bem-estar. Ou seja, em países onde a “desmercantilização” é alta, os indivíduos dependem pouco do mercado, uma vez que o Estado provê políticas sociais amplas e abrangentes.

família extensos, sistemas de cuidado para as crianças e idosos e grande concentração de mulheres na política. De acordo com esta perspectiva, em um estado “*woman-friendly*”, as mulheres continuam tendo filhos, mas também encontram outras formas de realização pessoal, como por exemplo, no mercado de trabalho.

Lewis (1992), por sua vez, desenvolve uma nova tipologia dos regimes de bem-estar social, procurando explicar as diferenças entre os países no que se refere ao modelo familiar predominante em cada um. Para a autora, a ideia de um modelo familiar do homem provedor (*male-breadwinner model*) tem servido historicamente para nortear o estabelecimento das tipologias de regimes de bem-estar social. No entanto, este modelo teria se modificado de maneira diferente e com intensidades diferentes em determinados países. Em sua forma ideal, o modelo do homem provedor pressupõe que o homem é responsável pela atividade produtiva remunerada e à mulher cabem os cuidados com o lar e a família (LEWIS, 1992).

Por fim, ressalta-se a tipologia desenvolvida por Walter Korpi (2000), que busca incorporar a dimensão de gênero, através de uma visão multidimensional e institucional. Sua tipologia é baseada em indicadores que refletem as estruturas de gênero das instituições dos Estados de bem-estar social. Tais instituições são vistas como “variáveis intermediárias”, que fazem a mediação entre os efeitos causais (política partidária, igrejas, movimentos de mulheres, etc.) e os resultados ou impactos causados pelas políticas sociais (desigualdades de gênero).

O autor constrói uma tipologia baseada em dimensões de gênero relevantes para se pensar a desigualdade de agência em termos de participação na força de trabalho. Korpi (2000) analisa um grupo de políticas sociais que reflete as formas como o suporte público às famílias é organizado nas sociedades. Seu foco é nos direitos sociais, ou seja, na reivindicação de políticas públicas que garantam os direitos dos cidadãos. Nesse contexto, o autor identifica duas dimensões centrais de direitos sociais. A primeira dimensão reflete o suporte público que é dado ao modelo familiar de dois provedores, através do incentivo à participação feminina no mercado de trabalho e à redistribuição dos serviços domésticos e de cuidados na sociedade e dentro da família. A segunda dimensão reflete o suporte público que é dado à família nuclear (com apenas um provedor), e presume uma divisão sexual do trabalho tradicional, tanto na sociedade, quanto na família. Há, ainda, países em que as duas dimensões citadas não são muito desenvolvidas e cabe ao mercado moldar as relações de gênero. Nesse contexto, os indivíduos são obrigados a encontrar soluções privadas seja no mercado ou nas relações familiares. Pode-se dizer, portanto, que tais países apresentam políticas de gênero orientadas para o mercado (KORPI, 2000).

Desta forma, Korpi (2000) define três modelos de tipos ideais de *welfare States* sob uma perspectiva de gênero, sendo estes: o de apoio à família nuclear (*general family support*), o de apoio à família com dois provedores (*dual-earner support*), e as políticas orientadas para o mercado (*market-oriented policies*). Para operacionalizar tais dimensões, o autor analisa as legislações dos diferentes países, incluindo os programas de seguro social para pais e crianças, políticas de tributação familiar e serviços sociais para as crianças e os idosos. Assim, discute-se em que medida tais políticas favorecem a família nuclear com apenas um provedor econômico, ou se, em contraponto, possibilitam a participação feminina no mercado de trabalho e a redistribuição do trabalho doméstico, favorecendo o modelo familiar com dois provedores.

A tipologia centrada na perspectiva de gênero de Korpi (2000) foi, posteriormente, desenvolvida por Korpi, Ferrarini e Englund (2010), que introduziram mais uma dimensão à análise, sendo esta a dimensão de dois cuidadores (*dual-carer*). Tal dimensão decorre de mudanças implementadas nas políticas para as famílias dos países escandinavos (Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia). As políticas familiares nestes países favorecem não apenas a participação feminina no mercado de trabalho, mas também, uma divisão mais igualitária dos serviços domésticos não remunerados, em especial no que se refere ao cuidado com os filhos. Assim, nestes países predomina um modelo familiar de dois provedores e dois cuidadores.

O estudo mostra que diferentes tipos de políticas para a família apresentam consequências observáveis não apenas no que se refere à proporção de mulheres no mercado de trabalho, mas também, à heterogeneidade entre as mulheres empregadas, em relação à educação e outras características socioeconômicas (KORPI *et. al*, 2010). Os resultados estatísticos evidenciam uma relação positiva entre a dimensão “*earner-carer*” e a participação feminina no mercado de trabalho. Por outro lado, a dimensão de família tradicional apresentou uma relação oposta com a participação feminina no mercado de trabalho. Desta forma, pode-se dizer que os países que adotaram políticas para as famílias mais generosas favorecem uma divisão sexual do trabalho mais igualitária.

Ainda que a crítica feminista esteja interessada predominantemente nas relações de gênero que são produzidas ou reproduzidas pela política social, como visto anteriormente, ela nos leva a reconsiderar a dimensão da família (ESPING-ANDERSEN, 1999: 48). No contexto analisado, a família constitui um ator importante, cujas decisões e comportamentos influenciam e são influenciados pelos *welfare States* e pelo mercado de trabalho. Nesse contexto, destaca-se o papel central das políticas para as famílias (*family policies*), cujos efeitos foram, em grande parte, negligenciados pelos estudos sobre Estados de bem-estar social. Por políticas para as famílias, entendem-se as intervenções estatais que afetam diretamente as estruturas familiares, bem como as decisões nesse âmbito. Dentre elas, podemos citar as transferências monetárias, como licença-família, benefícios para as crianças; os serviços, tais como creches e instituições de cuidados para idosos; e outros tipos de legislação específicos.

Pode-se dizer que um regime de bem-estar social “familista” é aquele em que o Estado reconhece que o núcleo familiar é o principal responsável pelo bem-estar de seus membros. Um regime não “familista”, portanto, seria aquele em que o Estado assume a maior parte da responsabilidade pelo bem-estar, adotando políticas amplas para a família (ESPING-ANDERSEN, 1999). Tais políticas, em certa medida, minimizam a responsabilidade da família no que se refere à oferta de bem-estar. Variações no que se refere ao apoio institucional ao modelo familiar com dois provedores revelam como as políticas sociais podem contribuir para a participação feminina no mercado de trabalho, para a conciliação entre a família e o trabalho (tanto para homens quanto para mulheres) e para a redistribuição do trabalho doméstico entre homens e mulheres (KORPI, 2000).

Em suma, um olhar de gênero sobre os *welfare States* implica na análise das dimensões de família e trabalho. No entanto, as instituições que se desenvolveram no período do pós-guerra eram baseadas em premissas relacionadas a um padrão de estrutura familiar e a um dado comportamento do mercado de trabalho, que hoje já não podem ser mais observados. Riscos sociais que nos anos 1950 e 1960 não eram considerados, hoje estão se tornando dominantes. O *welfare State* do pós-guerra era baseado em uma sociedade na qual o protótipo de cliente era o trabalhador masculino (ESPING-ANDERSEN, 1999: 33). Mas com a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho, este cenário mudou. Nesse sentido, os Estados de bem-estar social começam a sofrer novas pressões e se veem obrigados a se adaptar a uma nova realidade social. Entre as mudanças enfrentadas pelos *welfare States* pós-industriais, destacam-se as transformações demográficas, as mudanças observadas nas estruturas familiares, bem como no mercado de trabalho.

2.1. *A conciliação entre a família e o trabalho*

A análise da relação entre maternidade e participação feminina no mercado de trabalho revela que em alguns países a conciliação entre o trabalho e a família se tornou possível, enquanto em outros, isto não ocorreu. Em grande medida, este fato relaciona-se com os diferentes arranjos de políticas sociais, em especial as políticas para as famílias, adotadas nos diversos países. Para Gornick e Meyers (2007), ao menos três áreas da política social podem influenciar a distribuição de cuidados entre os pais, a divisão sexual do trabalho e o bem-estar infantil: os serviços de proteção à criança, as políticas de licença-família e a regulamentação da carga horária de trabalho.

No que se refere aos serviços de proteção à criança como creches e pré-escolas, pode-se dizer que eles minimizam as interrupções causadas pelo nascimento e constituem uma maneira importante de se reduzir os custos de oportunidade (ESPING-ANDERSEN, 2009). Este tipo de política pode ser fundamental para a decisão das famílias de ter filhos ou não, bem como para a inserção e permanência da mulher no mercado de trabalho. Assim, esta estratégia favorece o emprego maternal, a educação e a qualidade de vida da criança (GORNICK & MEYERS, 2007). Além disso, o acesso de tais serviços por meio do Estado e não do mercado, alivia os custos com os cuidados infantis, o que é importante principalmente para as famílias de baixa renda.

Outra política de proteção à criança fundamental para se pensar as relações de gênero é a licença-família. No que se refere à licença-maternidade, pode-se dizer que seu efeito sobre a participação feminina no mercado é ambíguo. De um lado, espera-se que o aumento do período de licença maternidade exerça um efeito negativo sobre a demanda por trabalho, uma vez que eleva os custos para os empregadores. Por outro lado, tal política pode contribuir para o aumento da oferta de trabalho feminino e exercer efeito positivo sobre os salários, uma vez que evita que as mulheres saiam do mercado de trabalho ao terem filhos (CARVALHO *et al.*, 2006). Nesse sentido, as licenças curtas remuneradas contribuem, ainda, para a igualdade de gênero no mercado de trabalho, uma vez que favorecem a continuidade do emprego materno e reduzem as penalidades salariais trazidas com a maternidade (GORNICK & MEYERS, 2007).

Observa-se, ainda, que alguns países passaram a adotar não apenas licença para as mães, mas também para os pais. Nesse caso, esse tipo de política pode favorecer, também, a igualdade entre os gêneros, tanto no mercado de trabalho, quanto no âmbito doméstico. Além disso, tal política tem um efeito positivo sobre o bem-estar infantil, uma vez que possibilita que os pais tenham de tempo livre para cuidar dos filhos, em especial quando estes se encontram em idade pré-escolar.

Por fim, destaca-se a regulamentação da carga horária no mercado de trabalho, que possibilita o aumento do tempo reservado aos cuidados tanto das mães, quanto dos pais (GORNICK; MEYERS, 2007). Este tipo de intervenção favorece não apenas a participação feminina no mercado de trabalho, mas também, uma redistribuição mais igualitária do trabalho doméstico entre os gêneros (MUTARI; FIGART, 2001 *apud* GORNICK; MEYERS, 2007).

3. Objetivos

A literatura analisada evidencia que o Estado assume papel fundamental frente às transformações que vêm ocorrendo nas famílias, uma vez que pode contribuir para liberar a mulher para o mercado de trabalho, através da implementação de políticas públicas de cuidado e apoio para as famílias. Nesse sentido, observa-se a necessidade de se investigar a influência que os arranjos familiares, bem como a oferta de serviços públicos de cuidado para as famílias podem ter sobre a participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro.

O presente trabalho tem como objetivo compreender melhor o efeito de determinadas variáveis sobre a inserção das mulheres na força de trabalho, levando em conta o papel assumido por elas na família e na reprodução. Sugere-se que as famílias, o mercado e o Estado estão relacionados e mudanças em uma esfera podem afetar as demais. Entre as variáveis que se destacam nesse contexto de transformações estão: a estrutura familiar, o estado conjugal, a presença de filhos e a presença de políticas para as famílias.

Observa-se, portanto, que as características das famílias exercem grande influência sobre a decisão da mulher de trabalhar, principalmente a presença de filhos pequenos. Nesse contexto, as políticas públicas, em especial aquelas destinadas ao cuidado de crianças pequenas podem contribuir positivamente para a participação feminina no mercado de trabalho. Para Sorj (2004), a

política de educação infantil traz implicações importantes para a participação feminina no mercado de trabalho, a renda e a ampliação da jornada de trabalho.

Portanto, há evidências que sustentam a hipótese de que a família, o trabalho e o Estado, enquanto instituições de provisão de bem-estar, podem ser influenciados entre si. Os três pilares de bem-estar – Estado, mercado e família – não são equivalentes e a produção de bem-estar em uma instituição influencia as demais (ESPING-ANDERSEN, 1999). Ou seja, com uma maior inserção da mulher no mercado de trabalho, verifica-se uma maior demanda por serviços sociais públicos ou privados. Mas se o Estado oferece serviços sociais amplos, tanto as famílias, quanto o mercado são afetados, pois as mulheres são estimuladas a trabalhar. Desta forma, observa-se uma relação de causalidade reversa entre as variáveis analisadas, explicitada ao longo deste trabalho. Se por um lado, a divisão do trabalho e as ideologias de gênero podem influenciar a provisão de bem-estar, por outro lado, a institucionalização de políticas sociais pode afetar de maneira distinta as condições de vida de homens e mulheres. Esta relação de causalidade reversa é apontada nos trabalhos que buscam analisar variáveis como frequência pré-escolar dos filhos e participação das mães no mercado de trabalho. Há, portanto, indícios de que pode haver um problema de endogeneidade entre estas duas variáveis, o que acabaria causando a sobre-estimação dos efeitos encontrados.

Sugere-se, portanto, que a participação feminina no mercado de trabalho é sensível ao tipo de família ao qual pertence e, por outro lado, que a provisão de serviços de cuidados para crianças pequenas pelo Estado contribui para o aumento da participação feminina no mercado de trabalho. Nesse contexto, propõe-se uma análise exploratória do efeito de determinadas variáveis relacionadas à família e aos serviços sociais sobre a decisão da mulher em relação à sua inserção no mercado de trabalho, através da estimação de modelos econométricos. Neste trabalho, no que se refere aos serviços sociais, optou-se por analisar especificamente a política de educação infantil. Tendo em vista o objetivo proposto, a próxima seção discute como se dá a relação entre o Estado, a família e o trabalho no Brasil de modo a subsidiar a posterior análise estatística.

4. O Estado, a família e o trabalho no Brasil

A análise da bibliografia internacional nos fornece instrumentos analíticos para discutir o caso brasileiro. Assim como nos países desenvolvidos, o Brasil tem passado por transformações no âmbito familiar e no mercado de trabalho. Observam-se, nas últimas décadas, mudanças no que se refere às formas de organização das famílias e aos níveis de reprodução. Se por um lado a esperança de vida tem aumentado continuamente, por outro, as taxas de fecundidade estão caindo a um ritmo acelerado. Além disso, verificam-se arranjos familiares diversificados, com o aumento do número de uniões consensuais, bem como do número de divórcios. No que se refere ao mercado de trabalho, a inserção feminina se intensificou no final da década de 1970 (BRUSCHINI, 1994).

Como visto anteriormente, uma das políticas sociais que afeta diretamente a dimensão de gênero é a política de creches e pré-escolas, uma vez que ela libera a mulher para o mercado de trabalho. A educação de crianças de 4 a 6 anos no Brasil é tema das ações do Ministério da Educação (MEC) desde 1975, quando foi criada a Coordenação de Educação Pré-Escolar. Neste período, instituições na área da Assistência Social também eram responsáveis pelo atendimento pré-escolar, mas estas ações tinham caráter comunitário e filantrópico (MEC, 2006).

Nas décadas de 1970 e 1980, com a crescente urbanização do país e incorporação feminina na força de trabalho, o atendimento educacional foi pressionado a se expandir, principalmente no que se refere às crianças de 4 a 6 anos. Na década de 1980, verificou-se uma expansão significativa das ações de educação para as crianças de 0 a 3 anos. Com a pressão de uma demanda cada vez maior, de um lado, e a omissão de uma legislação educacional vigente, por outro, as instituições de Educação Infantil cresceram “fora” dos sistemas de ensino, de formas alternativas e sem critérios básicos de qualidade (MEC, 2006). Desta forma, observa-se que até meados da década de 1980, a

política de educação infantil no Brasil tinha fraca legitimidade social e política. A ausência de tais serviços de cuidado neste período, em certa medida, contribuía para reforçar o modelo tradicional do homem provedor e da mulher cuidadora, caracterizando o Estado brasileiro como “familista” e aproximando-o do Estado patriarcal de Pateman (1988).

Foi somente com a Constituição Federal de 1988, que a educação de crianças de 0 a 6 anos de idade foi reconhecida enquanto um direito do cidadão e um dever do Estado. Desta forma, a proteção às crianças ultrapassa o âmbito privado das famílias, passando a configurar uma responsabilidade também da sociedade e do Estado (MEC, 2006). Nesse contexto, a discussão da educação infantil começa a se fazer presente no âmbito público, e passa a ser considerada como primeira etapa da Educação Básica, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996. De acordo com esta Lei, a educação infantil deve ser oferecida em creches para crianças de 0 a 3 anos de idade, e em pré-escolas para crianças de 4 a 6 anos. A educação infantil não é obrigatória no Brasil, mas constitui um direito público, e deve ser oferecida pelo município, com o apoio dos estados e da União. A partir de 2006, o Ensino Fundamental passou a ter nove anos, de modo que a Educação Infantil hoje no Brasil destina-se a crianças de 0 a 5 anos de idade.

Além das instituições públicas, tem crescido no Brasil o número de creches e pré-escolas privadas. Mas apesar de a oferta destes serviços ter aumentado nos últimos anos, o acesso à educação infantil ainda é problemático. A Tabela 1 apresenta as taxas de cobertura de creches e pré-escolas, verificadas no Brasil, de acordo com os Censos Demográficos de 2000 e 2010, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No que se refere à taxa de cobertura de creches, observa-se que esta ainda é uma política pouco abrangente no Brasil, em especial na região Norte. A região Sul foi a que apresentou a maior cobertura de creches. Em relação à taxa de cobertura de pré-escolas, chama a atenção o bom desempenho da região Nordeste. Este desempenho superior pode ser atribuído aos programas de assistência social na região, que têm como foco a redução da pobreza e acabaram permitindo a construção de várias entidades de educação infantil de baixo custo para as famílias mais pobres (MEC, 2009). No entanto, o avanço na oferta de tais serviços no Nordeste não parece ter sido acompanhado de uma melhoria na qualidade. Os professores desta região são menos qualificados do que no Brasil em geral (MEC, 2009).

Tabela 1: Taxas de cobertura de creches e pré-escolas, segundo Grandes Regiões Brasileiras – 2000/2010

	2000			2010		
	0 a 5 anos	0 a 3 anos	4 a 5 anos	0 a 5 anos	0 a 3 anos	4 a 5 anos
Brasil	23,8%	9,4%	51,4%	43,1%	23,5%	80,1%
Norte	17,5%	5,4%	41,3%	32,3%	12,9%	69,1%
Nordeste	27,3%	10,0%	60,2%	44,1%	21,8%	86,3%
Sudeste	24,8%	10,3%	52,9%	47,5%	28,2%	83,8%
Sul	20,4%	10,1%	39,6%	41,7%	26,8%	69,4%
Centro-Oeste	18,5%	6,3%	41,8%	36,6%	18,2%	71,3%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Em termos de cobertura, observa-se um grande crescimento de tais serviços no Brasil entre 2000 e 2010 (Tabela 1). No que se refere ao total de crianças entre 0 e 5 anos, houve um aumento do percentual de crianças que frequentavam creche ou pré-escola de 23,8% em 2000 para 43,1% em 2010, o que representa uma variação de 81,4%. A região Sudeste foi a que apresentou a maior cobertura em 2010 (47,5%), seguida pela região Nordeste. Em relação à faixa etária, observa-se uma maior cobertura para crianças de 4 a 5 anos. No entanto, a cobertura para crianças de 0 a 3 anos foi a que apresentou maior variação entre 2000 e 2010, sendo esta de 194,7%. Este aumento da cobertura da educação infantil no Brasil pode estar refletindo não apenas uma expansão do sistema

educacional, mas também, uma resposta às tensões trazidas com as transformações nas famílias e no mercado de trabalho brasileiro.

A política de educação infantil pode afetar as relações de gênero, uma vez que favorece a participação feminina no mercado de trabalho. Segundo Sorj (2004), é notável a eficácia das políticas de acesso a creches e pré-escolas no sentido de facilitar a conciliação entre as demandas do trabalho e da família. Sugere-se, portanto, que tais práticas possam contribuir para aumentar a força de trabalho feminino, a renda e a jornada de trabalho (SORJ, 2004). Este impacto positivo pode ser observado em todas as classes sociais, mas as famílias mais pobres são as que mais se beneficiariam de uma política como esta, uma vez que elas apresentam altas taxas de participação feminina no mercado de trabalho e não têm condições de buscar soluções no âmbito privado.

No entanto, os dados apontam uma baixa cobertura e baixa oferta de serviços de educação infantil no Brasil, em especial para crianças de 0 a 3 anos de idade. Desta forma, a conciliação entre o trabalho e a família torna-se problemática. Uma visão panorâmica destas práticas no Brasil revela que a questão da conciliação entre o trabalho e a família apresenta fraca legitimidade social e política (SORJ *et al.*, 2007). Nesse sentido, a baixa oferta de serviços de creches e pré-escolas no Brasil pode constituir um desafio para a inserção e a permanência da mulher no mercado de trabalho, principalmente para as mulheres de menor renda. Tal cenário contribui para a reprodução da desigualdade de gênero e socioeconômica (OIT, 2009). Nesse contexto, as próximas seções apresentam uma análise empírica sobre a relação entre determinadas variáveis relacionadas às famílias e à provisão de serviços públicos e a participação feminina no mercado de trabalho.

5. Metodologia e dados

As informações utilizadas neste trabalho têm como origem os microdados da amostra do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE. Esta escolha foi feita considerando a representatividade estatística por municípios que esta base de dados permite, bem como a relevância estatística e das informações trazidas pela mesma. Optou-se por fazer um estudo de caso do estado de Minas Gerais, de modo que, com o banco de dados escolhido, foi possível realizar uma análise regional do estado.

Foram selecionados, para esta análise, indivíduos do sexo feminino, chefes de família ou cônjuges³, com idade entre 16 e 55 anos⁴ e que têm ao menos um filho em idade pré-escolar (0 a 5 anos). A amostra utilizada é constituída de 124.975 observações. Esta seleção se justifica, pois o foco deste trabalho são as famílias com filhos pequenos, já que este é o público mais atingido pelo desafio de conciliação entre família e trabalho. Optou-se por apresentar as estatísticas desagregadas por regiões de planejamento de Minas Gerais, de modo a captar possíveis disparidades existentes no estado. É importante ressaltar que em toda a análise foi utilizada informação de peso da pessoa do Censo 2010, de modo a expandir a amostra para toda a população.

O Quadro 1 apresenta um resumo da descrição das variáveis utilizadas nos modelos. A variável independente é binária e indica se a mulher participa do mercado de trabalho⁵. Atribui-se

³ Através da base de dados utilizada, não foi possível identificar exatamente as mães dos respectivos filhos. Desta forma, considera-se mãe, neste trabalho, a mulher do domicílio que declarou ser chefe ou cônjuge e que tem ao menos um filho de 0 a 5 anos de idade vivo. Foi considerado apenas um indivíduo de cada domicílio.

⁴ A escolha da idade mínima de 16 anos se deu pelo fato de que ela marca o início do período reprodutivo da mulher. Em relação à idade máxima de 55 anos, considera-se que se uma mulher tem hoje um filho de cinco anos de idade, significa que ela o teve quando tinha 50 anos, idade que coincide com o término do período reprodutivo das mulheres.

⁵ Para a construção da variável independente foram utilizadas as variáveis V0641 (*na semana de 25 a 31/07/10, durante pelo menos 1 hora, trabalhou ganhando em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios*) e V0642 (*na semana de 25 a 31/07/10, tinha trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastado (a)*). Desta forma, desconsidera-se o

valor igual a um se a mulher estava trabalhando na semana de referência da pesquisa; e zero caso contrário. Observa-se que na amostra analisada, 49,5% das mães estavam trabalhando. Em relação às regiões de planejamento, destacam-se Norte de Minas e Jequitinhonha/Mucuri, com percentuais mais baixos.

--- Quadro 1 ---

As variáveis independentes podem ser divididas em três grupos, sendo eles: características gerais dos indivíduos; características familiares e educação infantil. A distribuição percentual das variáveis independentes pode ser vista na Tabela 2. Entre os indivíduos selecionados, observa-se que a maioria se concentrava na Região Metropolitana de Belo Horizonte (28,4%) e a minoria no Noroeste de Minas (2,1%). Jequitinhonha/Mucuri era a região que apresentava o maior percentual de mães vivendo em áreas rurais (38%). A RMBH apresentou o maior percentual de mães em áreas urbanas (96,5%).

--- Tabela 2 ---

No que se refere à cor/raça das mulheres, no Jequitinhonha/Mucuri, 78,1% das mães eram não brancas; já no Sul de Minas esse percentual foi de apenas 34,7%. Nesta amostra, analisamos mães entre 16 e 55 anos. A média de idade foi de 30,27 anos em todo o estado. Observa-se que Jequitinhonha-Mucuri, Noroeste e Norte de Minas foram as regiões que apresentaram população mais jovem, quando comparadas às demais regiões de planejamento de Minas Gerais. Em relação à escolaridade no Jequitinhonha-Mucuri, Noroeste e Norte de Minas, a população analisada tinha escolaridade mais baixa.

A análise das variáveis relacionadas às características familiares revela que na amostra analisada, 25,1% das mães eram responsáveis pelo domicílio. Em relação às regiões de planejamento, observou-se um maior percentual de mães responsáveis pelo domicílio na RMBH e no Jequitinhonha/Mucuri, enquanto no Sul de Minas, Alto Paranaíba e Norte de Minas esse percentual era mais baixo. Observa-se, ainda, que 90,4% das mães da amostra viviam em companhia de um cônjuge. Nas regiões Central, RMBH, Jequitinhonha-Mucuri e Noroeste, o percentual de mulheres vivendo na companhia de cônjuge era um pouco menor do que nas demais regiões. O total de filhos na amostra varia de 1 a 13 e o número médio de filhos por mulher era de 2,01 filhos. Jequitinhonha-Mucuri foi a região que apresentou a maior média de filhos por mulher (2,53). Como mencionado anteriormente, considera-se, nesta amostra, mães cujos filhos mais novos têm entre 0 e 5 anos. Observa-se que a maior parte dos filhos mais novos tinha entre 0 e 3 anos de idade. Já em relação à presença de filhos mais velhos, 40,5% das mães tinha outro filho com idade entre 6 e 12 anos, 14,5% tinha filho entre 13 e 17 anos e 4,7% tinha outro filho com 18 anos ou mais de idade em todo o estado.

Finalmente, no que se refere à educação infantil, em todo o estado, 45,2% dos filhos (de 0 a 5 anos de idade) das mulheres desta amostra frequentavam creche ou pré-escola. Jequitinhonha-Mucuri e Noroeste de Minas apresentaram percentuais baixos de frequência pré-escolar dos filhos, sendo estes de 35,9% e 38,8%.

Em relação aos percentuais da participação das mães no mercado de trabalho por categorias das variáveis de interesse nas regiões de planejamento, observa-se que, em 2010, as áreas urbanas apresentavam 53,4% das mulheres inseridas no mercado de trabalho, enquanto nas áreas rurais, esse percentual era de 28,4%. No entanto, é importante considerar que este percentual não considera o trabalho doméstico não remunerado, tampouco o trabalho para o próprio consumo realizado pelas mulheres residentes em áreas rurais. Em relação às regiões de planejamento, a área urbana do

trabalho não remunerado, seja este doméstico ou para o próprio consumo. Esta escolha foi feita tendo em vista que este trabalho se propõe a analisar o trabalho feminino remunerado.

Centro-Oeste de Minas, foi a que apresentou o maior percentual de mulheres trabalhando (59,4%). Já nas áreas rurais, o maior percentual foi encontrado na região da Mata (33,5%). No que se refere à cor/raça, observa-se que as mulheres brancas encontram-se mais inseridas no mercado de trabalho (54,4%), em comparação com as mulheres não brancas (46%). Na RMBH, verificou-se o maior percentual de mulheres brancas trabalhando (61,3%), enquanto no Centro-Oeste de Minas, havia o maior percentual de mulheres não brancas nesta situação (54,1%).

Em relação à escolaridade 83,8% das mulheres com ensino superior completo/pós-graduação trabalhava, enquanto 32,4% das mulheres sem instrução encontrava-se nesta situação. Destaca-se a região Central sem RMBH, onde apenas 18,6% das mulheres sem instrução trabalhava. Para as mulheres com superior completo e pós-graduação o percentual de participação no mercado de trabalho foi sempre superior a 80%, independente da região de planejamento.

Entre as mulheres responsáveis pelo domicílio, 59% trabalhavam, enquanto 46,3% das mulheres cônjuges estavam nesta situação. Destacam-se o Jequitinhonha/Mucuri e o Norte de Minas, onde o percentual de mulheres cônjuges trabalhando era de 32,5% e 38,1%, respectivamente. É importante observar, ainda, que enquanto para as mulheres que não viviam com cônjuge, o percentual de participação no mercado de trabalho era de 65,5%, para aquelas que viviam com cônjuge o mesmo era de 47,8%. O maior percentual de mulheres que trabalhavam entre aquelas que viviam com cônjuge, foi verificado no Centro-Oeste de Minas (54,9%) e o menor percentual no Jequitinhonha/Mucuri (34,5%).

O percentual de mulheres no mercado de trabalho cresce, com o aumento da idade do filho mais novo. No Centro-Oeste de Minas, verificaram-se os maiores percentuais de mulheres trabalhando entre aquelas cujos filhos mais novos tinham entre 0 e 3 anos de idade. O Jequitinhonha/Mucuri representa o outro extremo. Por fim, observa-se que 59,8% das mães cujos filhos frequentam creche ou pré-escola trabalhavam, enquanto esse percentual era de 41,1% para as mães cujos filhos não frequentavam creche ou pré-escola. Entre as regiões de planejamento, Triângulo foi a que apresentou o maior percentual da variável dependente para as mães de filhos que frequentavam creche ou pré-escola (65,9%). No Jequitinhonha/Mucuri, este percentual foi de 46,8%.

A presente análise consiste em um estudo exploratório que tem como objetivo testar o efeito de determinadas variáveis relacionadas à família e à educação infantil, sobre a decisão da mulher em relação à sua inserção no mercado de trabalho. Como visto anteriormente, pode haver um problema de endogeneidade entre a variável de frequência pré-escolar dos filhos e a participação das mães no mercado de trabalho. No entanto, é importante ressaltar que esta análise não consiste em uma avaliação de uma política pública específica, mas sim, apresenta um objetivo exploratório. O Brasil apresenta uma particularidade, uma vez que a oferta de serviços de creches e pré-escolas não é uniforme em todos os municípios. Desta forma, o aumento da oferta de mão de obra feminina não iria refletir, necessariamente, no aumento do número de vagas ofertadas nestas instituições. Ou seja, há um descompasso entre o ritmo de entrada de mulheres no mercado de trabalho e a criação de novas vagas em creches e pré-escolas, o que faz com que a demanda não seja atendida imediatamente.

Ainda que possa haver um problema de endogeneidade entre as variáveis analisadas, a literatura apresentada ao longo deste trabalho sustenta a hipótese de que o trabalho feminino pode estar relacionado à oferta de políticas para as famílias. Desta forma, ainda que o instrumento utilizado nesta análise estatística não seja ideal por permitir a sobre-estimação dos efeitos, a análise se justifica por indicar se o fato de a mulher conseguir vaga para o seu filho em creches ou pré-escolas pode aumentar a sua probabilidade de inserção no mercado de trabalho, independente da magnitude deste efeito.

Para atingir o objetivo proposto, foram estimados modelos de regressão logística. No modelo logístico, a relação entre a variável resposta e as variáveis explicativas é dada pela função

de distribuição logística. O uso desta função se justifica pela natureza da variável resposta, que é categórica. A análise estatística inferencial foi realizada com base na equação 1.1:

$$\begin{aligned} Pr(Y=1|B) = P \\ \log[P/(1-P)] = \beta_0 + (\beta_{1R2} + \dots + \beta_{10R11}) + \beta_{11}(\text{situação censitária}) + \beta_{12}(\text{raça}) + \beta_{13}(\text{idade}) \\ + (\beta_{14E2} + \dots + \beta_{20E8}) + \beta_{21}(\text{responsável}) + \beta_{22}(\text{mora com cônjuge}) + \beta_{23}(\text{n}^\circ \text{ de filhos}) + \\ \beta_{24}(\text{idade do filho mais novo}) + \beta_{25}(\text{filhos de 13 a 17}) + \beta_{26}(\text{filhos de 18 ou mais}) + \\ \beta_{27}(\text{frequência pré-escolar}) + \varepsilon_i. \quad (1.1) \end{aligned}$$

Na equação 1.1, *RI* a *R11* representam variáveis dicotômicas das regiões de planejamento de Minas Gerais, sendo que *RI* (RMBH) foi tomada como referência; *E1* a *E8* representam as variáveis categorizadas de escolaridade, sendo *E1* (sem instrução), a categoria de referência.

Os coeficientes (β) estimados em modelos logísticos apontam a direção do efeito entre a variável independente e dependente. No entanto, as magnitudes de cada β não são em si mesmas muito úteis na interpretação dos modelos (WOOLDRIDGE, 2006). Uma alternativa é calcular o exponencial dos coeficientes estimados, ou seja, as razões de chance. Contudo, na análise dos resultados dos modelos, alguns pesquisadores preferem trabalhar com as probabilidades previstas, ao invés das razões de chance. Assim, a partir da equação logística, é possível obter a probabilidade de ocorrência de cada evento, através da equação 1.2:

$$P = \frac{e^{\alpha + \beta x_i}}{1 + e^{\alpha + \beta x_i}} \quad (1.2)$$

Neste trabalho, optou-se por trabalhar, também, com simulações de probabilidades, dadas certas características pré-definidas de acordo com o objetivo proposto.

6. Resultados e discussão

Após a análise das estatísticas descritivas, foram estimados modelos de regressão logística, de modo a testar o efeito das variáveis de interesse sobre a participação feminina no mercado de trabalho. Os modelos foram construídos de forma progressiva, com a inclusão de diferentes variáveis de um modelo para o outro. Os resultados das regressões estão organizados nas Tabelas 3a e 3b, que apresentam os coeficientes (β) dos modelos, significâncias estatísticas e erros-padrão dos coeficientes dos quatro modelos estimados. O primeiro modelo inclui apenas as variáveis de características gerais ou de controle. O segundo modelo adiciona algumas variáveis relacionadas às famílias, sendo estas a responsabilidade pelo domicílio e se a mulher vive com o cônjuge. O terceiro modelo considera variáveis relacionadas aos filhos, de modo a captar os efeitos das estruturas familiares. Por fim, o último modelo inclui a variável de educação infantil, que indica a frequência pré-escolar dos filhos. É importante ressaltar, que o efeito desta variável pode ter sido sobre-estimado devido ao problema de endogeneidade discutido anteriormente.

— Tabela 3a —

— Tabela 3b —

Ao adicionar as variáveis de responsabilidade pelo domicílio e estado conjugal, não se observam variações significativas nos efeitos das variáveis de regiões de planejamento. Os efeitos de situação censitária e idade diminuem um pouco. Por outro lado, os efeitos das variáveis de escolaridade aumentam. Quando acrescentamos variáveis relacionadas aos filhos, o efeito da

escolaridade volta a cair. Por fim, observa-se que com a inclusão da variável de frequência pré-escolar, o efeito da escolaridade diminui ainda mais, bem como o da variável idade do filho mais novo. Após a realização dos principais testes estatísticos⁶, concluiu-se que o Modelo 4 foi o que apresentou o melhor ajuste à análise. Portanto, a seguir é feita uma análise dos coeficientes do Modelo 4, bem como das probabilidades previstas de ocorrência das variáveis analisadas.

Em relação às regiões de planejamento de Minas Gerais, observa-se que apenas no Alto Paranaíba, no Centro-Oeste de Minas e no Sul de Minas, o efeito sobre a variável dependente é positivo, em comparação com a Região Metropolitana de Minas Gerais. As regiões Mata e Triângulo não apresentaram significância estatística no modelo. A variável “urbana” também apresentou efeito positivo. Ou seja, morar em áreas urbanas aumenta a probabilidade de participação das mães no mercado de trabalho em 0,51, comparando com moradoras de área rural, mantendo-se as demais variáveis constantes. A variável indicativa de cor/raça não apresentou significância estatística em nenhum dos modelos estimados. Em relação à idade e à escolaridade, os efeitos encontrados também foram positivos. Ressalta-se o forte efeito da categoria de escolaridade de superior completo/pós-graduação (2,14).

No que se refere às variáveis relacionadas às famílias, verificam-se efeitos positivos das variáveis “responsabilidade pelo domicílio”, “idade do filho mais novo” e “filhos com idade entre 13 e 17 anos”. Destaca-se que ser responsável pelo domicílio aumenta a probabilidade de participação no mercado de trabalho em 0,31, comparando com mulheres que declararam serem cônjuges e mantendo as demais variáveis constantes. As variáveis “vive com cônjuge” e “filhos com 18 anos ou mais de idade” apresentaram efeitos negativos. Esta última variável não apresentou significância estatística. Pode-se dizer, portanto, que viver com cônjuge diminui em 0,53 a probabilidade de participação no mercado de trabalho, em comparação às mulheres que não vivem com cônjuges. Destaca-se, ainda, o efeito positivo que a variável de frequência pré-escolar exerce sobre a participação da mãe no mercado de trabalho. O fato de ter um filho que frequenta pré-escola aumenta em 0,46 a probabilidade de participação da mãe no mercado de trabalho em comparação com as mães, cujos filhos não frequentam estas instituições, mantendo as demais variáveis constantes.

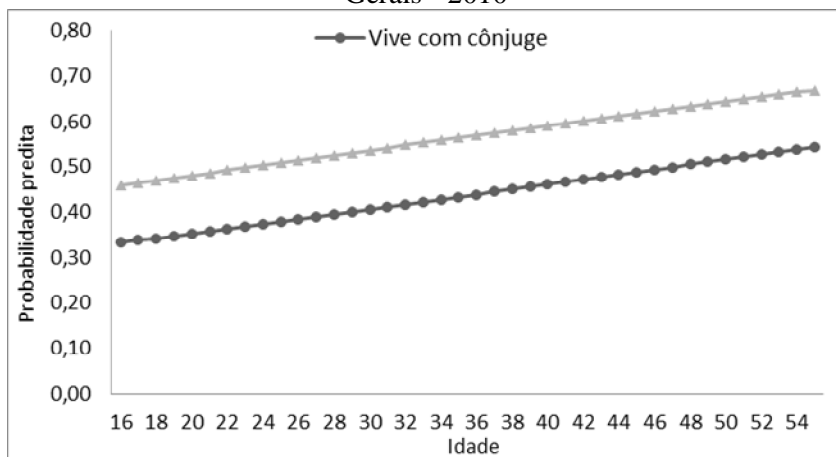
A fim de ilustrar os resultados encontrados, foram calculadas as probabilidades previstas de participação no mercado de trabalho, dada a variação marginal das principais variáveis de interesse⁷. Procurou-se analisar a diferença entre as probabilidades de acordo com o estado conjugal. Enquanto para as mulheres que viviam com cônjuge, a probabilidade de participação no mercado de trabalho era de 30%, para as mulheres que não viviam com cônjuge, essa probabilidade era de 42%. Para todas as variáveis, observou-se que a probabilidade de participação das mulheres que não viviam com cônjuge foi superior a das mulheres que viviam com cônjuge. Ou seja, o fato de viver com cônjuge tende a diminuir a probabilidade de participação no mercado de trabalho das mulheres desta análise.

No Gráfico 1 é possível observar o aumento da probabilidade prevista de participação no mercado de trabalho, na medida em que se eleva a idade da mulher. A diferença entre mulheres que vivem com cônjuge e mulheres que não vivem com cônjuge mantém-se constante com o aumento da idade.

⁶ Foram realizados os seguintes testes: *Likelihood-ratio test*; *Wald-test*; *Lagrange Multiplier Test*; *Akaike information criterion (AIC)*; *Bayesian information criterion (BIC)* e *Hosmer-Lemeshow*.

⁷ Considerou-se um perfil específico de mulheres como base para as variações marginais nas variáveis de interesse. Assim, todos os gráficos a seguir dizem respeito à probabilidade de participação no mercado de trabalho de mulheres residentes na RMBH, em áreas urbanas, de cor não branca, média de idade de 30,27 anos, com ensino fundamental incompleto, que não eram responsáveis pelo domicílio, viviam com cônjuge, tinham em média 2,08 filhos, sendo que o mais novo deles tinha um ano de idade e não frequentava creche ou pré-escola. A partir deste perfil, cada um dos gráficos apresenta a variação marginal de uma variável de interesse diferente, mantendo-se as demais constantes.

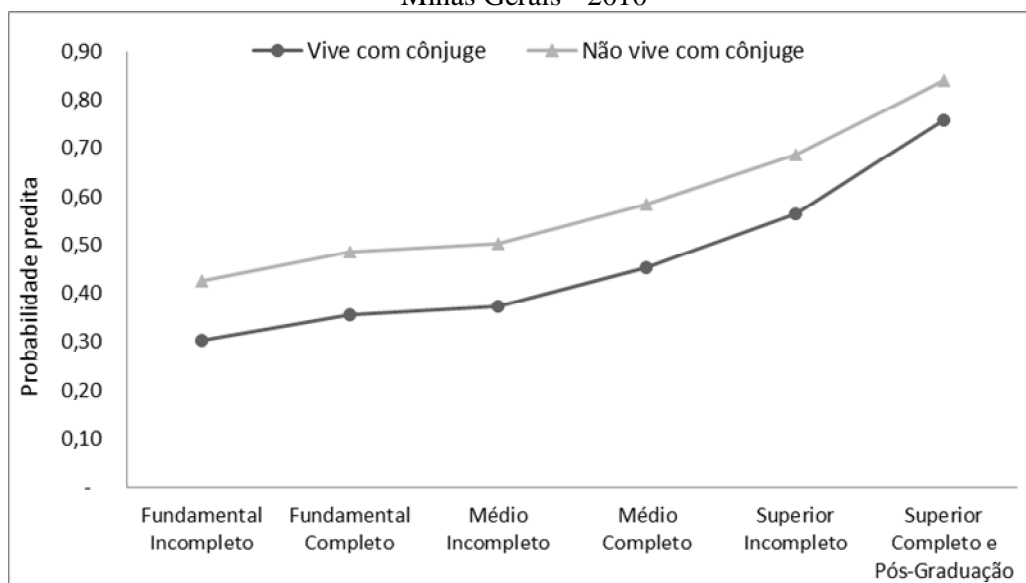
Gráfico 1: Probabilidade de participação no mercado de trabalho, de acordo com idade, Minas Gerais - 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Em relação à escolaridade, também se verificou uma relação positiva com a participação no mercado de trabalho, sendo esta mais intensa a partir do ensino médio completo (Gráfico 2). Ou seja, mulheres mais escolarizadas têm maiores probabilidades de estarem inseridas no mercado de trabalho, o que confirma o forte efeito da educação sobre a participação feminina. Observa-se que para as mulheres com ensino superior completo e pós-graduação, a diferença entre aquelas que vivem com cônjuge e as que não vivem é relativamente menor. Este resultado aponta para o fato de que para as mulheres mais escolarizadas, o efeito do estado conjugal sobre a probabilidade de participação no mercado de trabalho é menor.

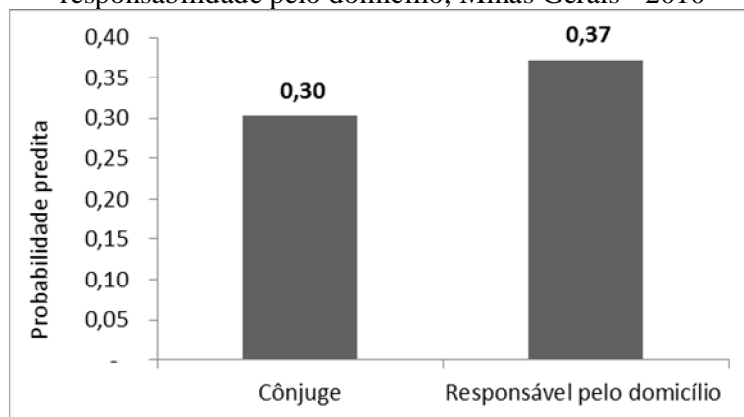
Gráfico 2: Probabilidade de participação no mercado de trabalho, de acordo com a escolaridade, Minas Gerais - 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

No que se refere às variáveis relacionadas com a famílias, os resultados corroboram com a literatura analisada neste trabalho. As mulheres que se declararam responsáveis pelo domicílio têm 7% a mais de probabilidade de estar no mercado de trabalho, em relação às mulheres que se declararam cônjuges dos responsáveis (Gráfico 3).

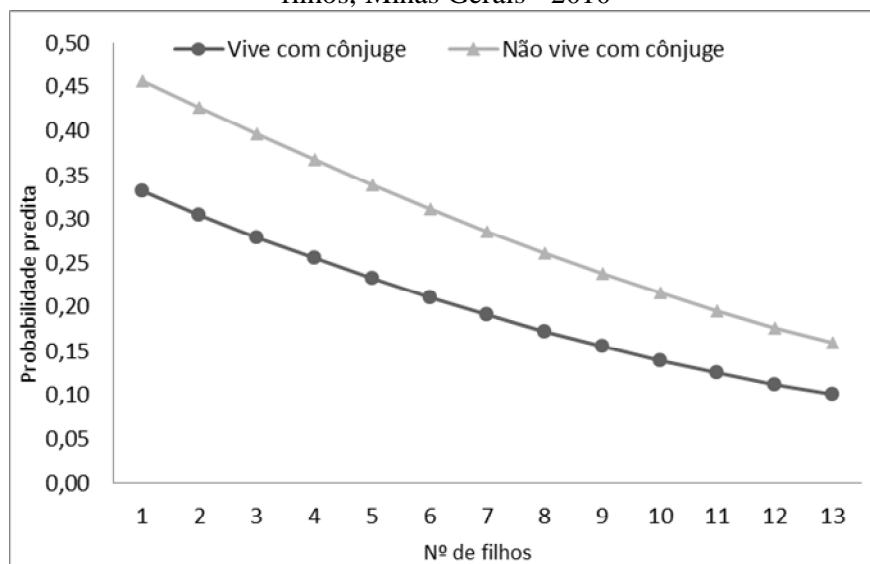
Gráfico 3: Probabilidade de participação no mercado de trabalho, de acordo com a responsabilidade pelo domicílio, Minas Gerais - 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Observa-se, ainda, uma relação negativa entre o número de filhos e a participação feminina no mercado de trabalho (Gráfico 4). É importante destacar que a diferença entre as mulheres que viviam com o cônjuge e as que não viviam tende a diminuir com o aumento do número de filhos.

Gráfico 4: Probabilidade de participação no mercado de trabalho, de acordo com o número de filhos, Minas Gerais - 2010

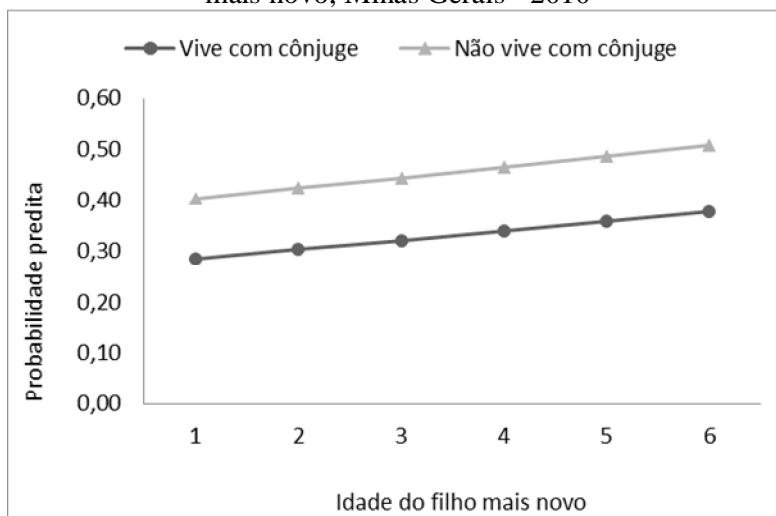


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Em relação à idade do filho mais novo, observa-se uma relação positiva e praticamente linear com a variável de participação no mercado de trabalho (Gráfico 5). Ou seja, quanto maior a idade do filho mais novo, maior é a probabilidade de a mãe estar trabalhando, proporcionalmente. Não se verificou diferença significativa nesta probabilidade de acordo com o estado conjugal das mães. Os resultados relativos às variáveis “número de filhos” e “idade do filho mais novo” sugerem que as mulheres investem um tempo alto no cuidado com os filhos, o que pode diminuir a probabilidade de estarem trabalhando de forma remunerada. É possível inferir que isto possa estar refletindo a desigualdade de gênero no que diz respeito aos afazeres domésticos, em especial ao cuidado com os filhos. No entanto, seria necessário uma outra análise, de modo a avaliar se uma

divisão mais igualitária dos afazeres domésticos teria efeitos positivos sobre a participação feminina no mercado de trabalho.

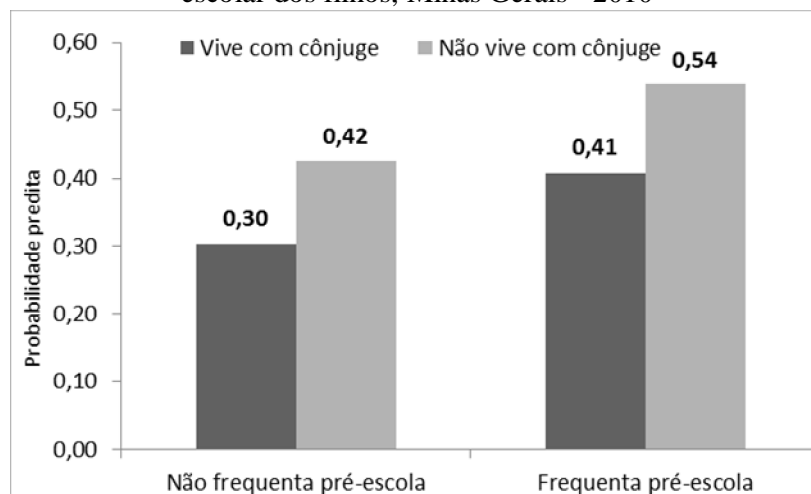
Gráfico 5: Probabilidade de participação no mercado de trabalho, de acordo com a idade do filho mais novo, Minas Gerais - 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Por fim, em relação à variável de educação infantil, observa-se que a probabilidade de uma mãe, cujo filho frequenta pré-escola trabalhar é superior à de uma mãe, cujo filho não frequenta pré-escola (Gráfico 6). Ou seja, há indícios de que a frequência pré-escolar dos filhos favorece a participação das mães no mercado de trabalho, principalmente para aquelas que não vivem em companhia de cônjuge.

Gráfico 6: Probabilidade de participação no mercado de trabalho, de acordo com a frequência pré-escolar dos filhos, Minas Gerais - 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

É importante ressaltar, conforme discutido anteriormente, que o efeito da variável “frequência pré-escolar” pode ter sido sobre-estimado, considerando que pode haver um problema de endogeneidade entre as variáveis analisadas. No entanto, a partir dos resultados encontrados, sugere-se que existe um efeito positivo da educação infantil sobre a participação das mães no mercado de trabalho, independente da sua magnitude. Desta forma, há indicativos de que as creches

e pré-escolas, muito mais do que instituições educativas, favorecerem a conciliação entre a família e o trabalho, contribuindo para liberar a mulher para o mercado de trabalho.

7. Considerações Finais

A crítica feminista trouxe uma grande contribuição para as ciências sociais, ao apontar para o fato de que os principais estudos sobre os Estados de bem-estar social, em grande medida, negligenciaram a dimensão de gênero e a importância do papel das famílias e do trabalho doméstico não remunerado para o bem-estar da população. Tomando como referência tais críticas, este trabalho se propôs a compreender em que medida família, trabalho e Estado se relacionam, sob uma perspectiva de gênero.

A discussão que se colocou neste trabalho está relacionada aos novos desafios que se impõem não apenas às novas famílias, que passaram a ter dois provedores, mas também, aos sistemas de bem-estar social, cujas bases passaram a ser questionadas. O Brasil tem acompanhado a tendência de transformações nas famílias e no mundo do trabalho, o que coloca desafios para as instituições públicas de bem-estar. No entanto, o Brasil apresenta uma particularidade. Algumas políticas para as famílias foram criadas com a Constituição de 1988, mas se desenvolveram de forma lenta e, ainda hoje, apresentam grandes limitações. Evidencia-se, portanto, o problema da conciliação entre a família e o trabalho no Brasil, principalmente para as famílias de menor renda, que apresentam mais filhos e não têm condições de buscar soluções no âmbito privado. Sugere-se que tal fenômeno pode trazer consequências graves para o bem-estar das famílias, em especial para as crianças.

Assim, a ausência ou incipiência de políticas que favoreçam a conciliação entre família e trabalho no Brasil reforça a importância das famílias no que se refere à provisão de bem-estar. Tal hipótese foi confirmada a partir da análise empírica realizada para o estado de Minas Gerais. Os modelos logísticos estimados sugerem que a participação feminina no mercado de trabalho é sensível ao tipo de família ao qual pertencem, confirmando a importância da família enquanto provedora de bem-estar no Brasil.

Verificou-se que mulheres que vivem com cônjuge têm menores probabilidades de estarem inseridas no mercado de trabalho. É importante observar que as probabilidades de participação das mulheres que não vivem com cônjuge foram relativamente altas. Tal resultado confirma o fato de que o aumento das famílias monoparentais femininas coloca um desafio no que diz respeito à conciliação entre família e trabalho e o bem-estar infantil, se considerarmos que a família é uma importante fonte de bem-estar no Brasil.

É importante destacar que, no caso das mulheres mais escolarizadas, o efeito do estado conjugal sobre sua participação no mercado é menor, em comparação com as mulheres com menor instrução. Podemos sugerir que a probabilidade de participação feminina no mercado de trabalho de mulheres com maior instrução não é tão sensível à presença de cônjuge. Tais famílias têm a possibilidade de obter bem-estar no âmbito privado, o que favorece a participação feminina, independente da presença de cônjuge.

Além disso, vimos que a presença de filhos, principalmente filhos pequenos, tende a diminuir a probabilidade de a mulher estar inserida na força de trabalho. Este resultado era esperado, uma vez que os filhos pequenos demandam maiores cuidados e muitas mães acabam optando por parar de trabalhar para cuidar dos filhos. No entanto, este fato pode estar refletindo a desigualdade de gênero no que se refere aos afazeres domésticos, em especial ao cuidado com os filhos. Nesse contexto, sugere-se que em trabalhos futuros, sejam realizadas análises no sentido de estimar o efeito de uma distribuição de afazeres domésticos mais igualitária entre homens e mulheres sobre a participação feminina no mercado de trabalho. Ou seja, pretende-se analisar em que medida a divisão sexual do trabalho doméstico pode afetar a decisão das mães de trabalhar.

Por fim, verificou-se que mulheres cujos filhos frequentam pré-escola têm maiores probabilidades de participação no mercado de trabalho do que mulheres cujos filhos não frequentam. Ainda que este efeito possa ter sido sobre-estimado, devido ao problema de endogeneidade entre as variáveis analisadas, este trabalho apresenta indícios de que os serviços de cuidados para crianças pequenas, além de constituírem instituições educacionais, podem contribuir para o aumento da participação feminina no mercado de trabalho.

Em suma, a partir da análise empírica, há indicativos de que a família é uma importante fonte de bem-estar no país. Na ausência de políticas públicas para as famílias, as mulheres mais escolarizadas tendem a ser favorecidas, pois têm a possibilidade de buscar alternativas no âmbito privado. Em trabalhos futuros, pretende-se analisar os efeitos das variáveis de interesse para famílias de diferentes classes de renda, bem como a evolução de tais efeitos ao longo dos anos.

Conclui-se que a conciliação entre a família e o trabalho no Brasil ainda constitui um grande desafio para homens e mulheres, que é agravado pela própria configuração do mercado de trabalho brasileiro, fortemente marcado pela informalidade. No entanto, em um contexto de desigualdades de gênero tanto no mercado de trabalho, quanto no âmbito do trabalho doméstico, as mulheres acabam sendo as mais afetadas. Esta situação tende a se agravar na ausência de políticas que favoreçam a conciliação entre a família e o trabalho. Nesse sentido, faz-se necessário um diálogo maior não apenas entre as famílias e o Estado, mas também, entre o Estado e o mercado, de modo a garantir práticas que favoreçam esta conciliação.

Não pretendemos, neste trabalho, negar o efeito que a parturição pode exercer sobre a situação das mães no mercado de trabalho. Ou seja, não se espera que as mulheres tenham, necessariamente, que se inserir no mercado de trabalho, independente do número de filhos. No entanto, procurou-se discutir como determinadas variáveis podem afetar a decisão das mulheres e mães no que se refere ao trabalho remunerado. Nesse contexto, destacam-se as políticas para as famílias, que contribuem para reduzir a dependência com a família no que se refere à provisão de bem-estar e permitem que a mulher seja capaz de decidir em relação à sua inserção no mercado de trabalho, independente da família à qual pertence. Assim, pode-se dizer que o Estado entre a família e o trabalho assume um papel fundamental em um contexto de grandes desigualdades sociais, como é o caso do Brasil.

8. Referências Bibliográficas

- BRUSCHINI, M. C. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. *Estudos Feministas*, N. E/94, anos 2, 2º semestre. Florianópolis, Brasil, 1994.
- CARVALHO, S.; FIRPO, S.; GONZAGA, G. Os efeitos do aumento da licença-maternidade sobre o salário e o emprego da mulher no Brasil. *Pesquisa e Planejamento econômico*, v. 36, n. 3, dez. 2006.
- DRAIBE, S. M. Estado de Bem-Estar, Desenvolvimento Econômico e Cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (org.). *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007, pp.27 – 64.
- ESPING-ANDERSEN, G. *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Princeton University Press: Princeton, New Jersey. 1990.
- ESPING-ANDERSEN, G. *Social Foundations of Postindustrial Economies*, Oxford, Oxford University Press. 1999.
- ESPING-ANDERSEN, G. *The Incomplete Revolution. Adapting to Women's New Roles*. Polity Press: Cambridge, UK. 2009.
- FARIA, C. A. P. Uma Genealogia das Teorias e Tipologias do Estado de Bem-Estar Social. In: DELGADO, M. G.; PORTO, L. V. (Orgs.). *O Estado de Bem-Estar Social no Século XXI*. LTR: São Paulo. 2007.
- GORNICK, J. C.; MEYERS, M. K. Regimes de bem-estar social com relação a trabalho remunerado e cuidados. In: ARAÚJO, C.; PICANÇO, F.; SCALON, C (Orgs.). *Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada*. São Paulo: Edusc, 2007. p. 191-221.
- HERNES, H. M. *Welfare State and Woman Power: Essays in State Feminism*. Oslo: *Norwegian University Press*. 1987
- IBGE. Censo Demográfico 2000. Microdados da amostra. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 01 Jun, 2012.
- IBGE. Censo Demográfico 2010. Microdados da amostra. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 01 Jun, 2012.
- KORPI, W. Faces of Inequality: Gender, Class, and Patterns of Inequalities in Different Types of Welfare States. *Social Politics* 7:127-191, 2000.
- KORPI, W.; FERRARINI, T.; ENGLUND, S. Women's Opportunities Under Different Constellations of Family Policies in Western Countries: A Comparative Analysis. Working Paper No. 556. *Luxembourg Income Study Working Paper Series*. Dez. 2010.
- LEWIS, J. "Gender and the Development of Welfare Regimes." *Journal of European Social Policy* 2:159-73, 1992.
- MEC. Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação: MEC, SEB, 2006. 32 p.
- MEC. Política de educação infantil no Brasil: Relatório de avaliação/Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB; Unesco, 2009. 260 p.
- OIT. Trabalho e Família: rumo a novas formas de conciliação com co-responsabilidade social. Brasília: OIT, 2009.
- ORLOFF, A. S. Gender and the Social Rights of Citizenship: The Comparative Analysis of Gender Relations and Welfare States. *American Sociological Review*, Vol. 58, Issue 3, Jun., 1993, 303-328.
- ORLOFF, A. S. Gender and the Welfare State. *Institute for Research on Poverty*. Discussion Paper no. 1082-96. 1996.
- PATEMAN, C. *The Disorder of Women. Democracy, Feminism and Political Theory*. Cambridge: Polity. 1989
- PRADO, A. *Bagagem*. Ed. Revisada – 20ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

- SAINSBURY, D. *Gender Equality and Welfare States*. Cambridge: *Cambridge University Press*, 1996.
- SORJ, B. *Reconciling work and family; issues and policies in Brazil*. Geneva: International Labour Office, 2004. (Condition of work and employment series, 8).
- SORJ, B.; FONTES, A; MACHADO, D. C. Políticas e Práticas de Conciliação entre Família e Trabalho no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 573-594, set./dez., 2007.
- WOOLDRIDGE, J. M. *Introdução à Econometria: uma abordagem moderna*. Cengage Learning, São Paulo, 2006.

Quadro 1: Descrição das variáveis utilizadas nos modelos de regressão logística

Variáveis	Descrição das variáveis
Variável dependente	
Trabalha	=1 se a mãe trabalha
Variáveis de controle	
Branca	=1 se as mães são brancas
Idade	Variável contínua que indica a idade da mãe
Sem instrução	=1 para mães sem instrução
Fundamental Incompleto	=1 para mães com fundamental incompleto
Fundamental Completo	=1 para mães com fundamental completo
Médio Incompleto	=1 para mães com médio incompleto
Médio Completo	=1 para mães com médio completo
Superior Incompleto	=1 para mães com superior incompleto
Superior Completo e Pós-Graduação	=1 para mães com superior completo e pós-graduação
Não determinado	=1 para mães com escolaridade não determinada
Urbana	=1 se as mães residem na área urbana
Regiões de Planejamento	Uma variável dicotômica para cada uma das dez regiões de planejamento de Minas Gerais
Variáveis relacionadas à estrutura familiar	
Responsabilidade pelo domicílio	=1 se a mulher for a responsável pelo domicílio
Cônjuge	=1 se a mulher vive em companhia de cônjuge
Número de filhos	Variável contínua que indica a quantidade de filhos por mãe
Idade do filho mais novo	Variável contínua que indica a idade do filho mais novo
Filhos com idade entre 6 e 12 anos	=1 se as mães têm um filho com idade entre 6 e 12 anos
Filhos com idade entre 13 e 17 anos	=1 se as mães têm um filho com idade entre 13 e 17 anos
Filhos com 18 ou mais anos de idade	=1 se as mães têm um filho com 18 anos ou mais de idade
Variável de política pública	
Frequência Pré-Escolar	=1 caso o filho (de 0 a 5 anos) frequente a pré-escola

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Demográfico 2010, IBGE.

Tabela 2: Distribuição percentual das variáveis de interesse, Minas Gerais, 2010

Variável	Categoria	Alto Paranaíba	Central sem RMBH	RMBH	Centro-Oeste	Jequi./Mucuri	Mata	Noroeste	Norte de Minas	Rio Doce	Sul de Minas	Triângulo	Minas Gerais
Regiões de Planejamento		3,4	6,0	28,4	5,7	5,2	9,9	2,1	8,7	8,9	14,2	7,6	100,0
Situação Censitária	Urbana	85,3	82,8	96,5	88,1	62,0	76,5	78,5	71,7	80,7	80,2	92,9	84,5
	Rural	14,8	17,2	3,6	11,9	38,0	23,5	21,6	28,3	19,3	19,8	7,1	15,5
Cor/Raça	Branços	56,0	39,9	36,3	56,4	21,9	47,2	29,3	23,0	32,6	65,3	53,9	42,5
	Não Brancos	44,0	60,1	63,7	43,6	78,1	52,9	70,7	77,0	67,4	34,7	46,1	57,6
Escolaridade	Sem instrução	1,4	1,8	1,3	1,7	4,8	1,9	1,7	3,1	2,1	1,7	1,6	1,9
	Fundamental Incompleto	34,7	39,3	28,7	35,8	49,2	42,5	33,0	37,7	39,6	37,6	27,9	35,4
	Fundamental Completo	12,9	10,1	11,7	14,2	11,0	12,0	13,0	10,7	12,4	12,9	12,3	12,0
	Médio Incompleto	10,1	8,3	8,9	8,8	7,8	7,8	11,3	9,2	9,4	8,7	11,2	9,0
	Médio Completo	25,8	27,1	31,6	26,1	17,5	22,3	27,9	26,7	24,4	25,4	27,9	26,9
	Superior Incompleto	3,7	3,5	4,4	2,8	2,3	3,3	4,6	3,7	3,4	3,2	5,7	3,8
	Superior Completo e Pós-Graduação	11,1	9,7	12,8	10,3	7,0	10,0	8,2	8,7	8,6	10,5	13,1	10,7
Responsabilidade pela família	Cônjuge	78,38	74,91	70,88	76,71	72,62	76,98	75,45	78,44	77,11	77,17	74,34	74,86
	Responsável	21,62	25,09	29,12	23,29	27,38	23,02	24,55	21,56	22,89	22,83	25,66	25,14
Vive em companhia do cônjuge	Sim	91,9	89,8	89,0	91,7	89,7	91,0	89,8	91,4	90,6	91,8	90,5	90,4
	Não	8,1	10,2	11,0	8,3	10,3	9,1	10,2	8,6	9,4	8,2	9,5	9,6
Nº médio de filhos		2,0	2,2	2,0	2,0	2,5	2,1	2,2	2,3	2,1	2,1	1,9	2,1
Idade do filho mais novo	0	18,6	17,8	18,5	17,8	17,5	17,3	18,7	17,8	18,4	17,9	18,0	18,1
	1	18,6	16,6	18,1	17,3	18,8	18,1	16,8	18,4	17,6	17,6	18,3	17,9
	2	17,3	17,0	17,2	17,3	17,5	16,8	16,8	17,5	17,3	17,3	17,0	17,2
	3	17,0	16,8	16,1	16,6	16,0	16,5	18,1	16,4	16,2	16,7	16,4	16,4
	4	15,0	16,5	15,7	15,7	15,6	15,7	14,9	15,3	15,8	15,8	15,2	15,6
	5	13,6	15,3	14,6	15,4	14,5	15,5	14,7	14,6	14,8	14,7	15,1	14,8
Frequência pré-escolar	Sim	42,5	44,8	49,7	45,8	35,9	44,1	38,8	43,7	39,0	45,3	47,8	45,2
	Não	57,5	55,2	50,3	54,2	64,1	55,9	61,2	56,3	61,1	54,7	52,2	54,8
Trabalha	Sim	52,0	43,5	55,2	56,3	36,5	48,6	44,3	40,7	41,8	51,5	53,9	49,5
	Não	48,0	56,5	44,8	43,7	63,5	51,4	55,8	59,3	58,2	48,5	46,1	50,5
Amostra (n)		4.540	8.667	22.607	7.667	8.379	14.785	3.099	12.675	13.737	21.393	7.426	124.975
População (N)		3,2E+17	5,7E+17	2,7E+18	5,4E+17	5,0E+17	9,5E+17	2,0E+17	8,4E+17	8,5E+17	1,4E+18	7,3E+17	9,6E+18

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Tabela 3a: Coeficientes e erros-padrão estimados por modelo de regressão logística para variável dependente “trabalha” para mulheres com idade entre 16 e 55 e com ao menos um filho de idade entre 0 e 5 anos, Minas Gerais, 2010.

Variáveis Independentes	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
Alto Paranaíba	0,053 (0,039)	0,078** (0,039)	0,075* (0,040)	0,090** (0,040)
Central	-0,315*** (0,031)	-0,312*** (0,031)	-0,320*** (0,032)	-0,311*** (0,032)
RMBH	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.
Centro-Oeste de Minas	0,224*** (0,032)	0,250*** (0,032)	0,240*** (0,033)	0,248*** (0,033)
Jequitinhonha-Mucuri	-0,324*** (0,032)	-0,339*** (0,032)	-0,330*** (0,033)	-0,297*** (0,033)
Mata	-0,001 (0,028)	0,013 (0,029)	0,001 (0,029)	0,007 (0,029)
Noroeste de Minas	-0,212*** (0,045)	-0,212*** (0,046)	-0,215*** (0,046)	-0,178*** (0,046)
Norte de Minas	-0,312*** (0,027)	-0,298*** (0,028)	-0,294*** (0,028)	-0,290*** (0,028)
Rio Doce	-0,323*** (0,027)	-0,311*** (0,027)	-0,324*** (0,028)	-0,295*** (0,028)
Sul de Minas	0,071*** (0,024)	0,089*** (0,024)	0,085*** (0,025)	0,089*** (0,025)
Triângulo	0,014 (0,034)	0,022 (0,035)	0,008 (0,035)	0,013 (0,035)
Rural	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.
Urbana	0,673*** (0,018)	0,591*** (0,019)	0,596*** (0,019)	0,512*** (0,019)
Não brancas	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.
Branças	-0,009 (0,016)	0,015 (0,016)	0,001 (0,016)	0,000 (0,016)
Idade	0,032 (0,001)	0,030 (0,001)	0,022 (0,001)	0,022 (0,001)
Sem instrução	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.
Fundamental Incompleto	0,208*** (0,052)	0,243*** (0,053)	0,189*** (0,054)	0,164*** (0,054)
Fundamental Completo	0,452*** (0,055)	0,514*** (0,056)	0,443*** (0,057)	0,405*** (0,057)
Médio Incompleto	0,546*** (0,057)	0,606*** (0,058)	0,521*** (0,059)	0,475*** (0,059)
Médio Completo	0,840*** (0,054)	0,930*** (0,054)	0,859*** (0,056)	0,805*** (0,056)
Superior Incompleto	1,345*** (0,067)	1,420*** (0,068)	1,347*** (0,069)	1,257*** (0,069)
Superior Completo e Pós-Graduação	2,131*** (0,061)	2,241*** (0,062)	2,238*** (0,064)	2,136*** (0,064)
Não determinado	0,612*** (0,145)	0,688*** (0,147)	0,563*** (0,151)	0,496*** (0,153)

Obs.: Exponencial do erro-padrão robusto entre parênteses; *** significante ao nível de 99%; ** significante ao nível de 95%; * significante ao nível de 90%. Foi utilizada informação de peso da pessoa do Censo 2010 para estimar as estatísticas desta tabela.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Tabela 3b: Coeficientes e erros-padrão estimados por modelo de regressão logística para variável dependente “trabalha” para mulheres com idade entre 16 e 55 e com ao menos um filho de idade entre 0 e 5 anos, Minas Gerais, 2010 (continuação).

Variáveis Independentes	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
Cônjuge		Ref.	Ref.	Ref.
Responsável pelo domicílio		0,298*** (0,021)	0,315*** (0,021)	0,309*** (0,021)
Vive com cônjuge		-0,558*** (0,032)	-0,544*** (0,032)	-0,528*** (0,032)
Número de filhos			-0,093*** (0,007)	-0,124*** (0,008)
Idade do filho mais novo			0,151*** (0,005)	0,084*** (0,005)
Filhos com idade entre 6 e 12 anos			Ref.	Ref.
Filhos com idade entre 13 e 17 anos			0,260*** (0,025)	0,310*** (0,025)
Filhos com 18 ou mais anos de idade			-0,057 (0,039)	-0,014 (0,039)
Frequência Pré-Escolar				0,457*** (0,018)
Constante	-2,154*** (0,068)	-1,660*** (0,076)	-1,573*** (0,079)	-1,484*** (0,079)
Graus de liberdade	20	22	26	27
Wald	8.225,78	9.020,38	9.838,28	10.074,68
Pseudo R²	0,0876	0,0980	0,1101	0,1159
Observações	124.975	124.975	124.975	124.975

Obs.: Exponencial do erro-padrão robusto entre parênteses; *** significante ao nível de 99%; ** significante ao nível de 95%; * significante ao nível de 90%. Foi utilizada informação de peso da pessoa do Censo 2010 para estimar as estatísticas desta tabela.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.